

LIMA, Alexandre Barbosa

*const. 1891; dep. fed. CE 1891-1892; gov. PE 1892-1896; dep. fed. PE 1897-1899; dep. fed. RS 1900-1905; dep. fed. DF 1906-1911 e 1915-1917; sen. AM 1924-1930.

Alexandre José Barbosa Lima nasceu em Recife no dia 23 de março de 1862, filho de Joaquim Barbosa Lima e de Rita de Cássia Cintra Barbosa Lima.

Cursou a Escola Politécnica do Rio de Janeiro entre 1879 e 1882 e em seguida ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, completando seus estudos em 1884. Continuou na vida militar e em 1889 tornou-se catedrático de geometria analítica na Escola Militar do Ceará.

Com a proclamação da República (15/11/1889), atuou desde os primeiros dias na consolidação do novo regime e, por essa campanha, foi eleito deputado constituinte pelo Ceará. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro de 1890, quando foi instalado o Congresso Nacional Constituinte no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Promulgada a nova Carta constitucional em 24 de fevereiro de 1891, em junho seguinte passou a exercer mandato ordinário. Em 1892 renunciou ao mandato, pois foi indicado pelo então presidente da República, marechal Floriano Peixoto, para o governo de Pernambuco. O último governador do estado, Antônio Epaminondas de Barros Correia, o barão de Contendas, governara até 7 de abril de 1892, quando foi deposto, assumindo em seu lugar uma junta de governo da qual faziam parte Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti, José Vicente Meira de Vasconcelos e Joaquim Mendes Ouriques Jaques. Eleito então vice-governador, Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti exerceu o governo até 20 de abril, quando Alexandre José Barbosa Lima, eleito governador, tomou posse.

Caracterizado por Robert Levine como “homem impetuoso e administrador autoritário”, Barbosa Lima adiou as eleições locais, suspendeu o orçamento da capital e reformulou as divisões orçamentárias de alguns municípios para diminuir o poder de algumas lideranças políticas estaduais. José Isidoro Martins Júnior, republicano histórico de Pernambuco, fez forte oposição a seu governo, atuando no Rio de Janeiro em favor de sua deposição e estimulando movimentos armados no sertão pernambucano. Barbosa Lima, em represália,

expurgou o Judiciário estadual de aliados de seu opositor, empastelou jornais de oposição, perseguiu o Partido Republicano de Pernambuco e demitiu José Isidoro de seu cargo de professor da Faculdade de Direito do Recife.

Durante sua administração promoveu, a partir de incentivos estaduais, a modernização da indústria açucareira e a instalação de centros de treinamento técnicos. Também criou a Inspetoria de Higiene do estado, combateu as epidemias que o assolavam, aumentou as redes de esgotos e galerias pluviais, ampliou a rede telegráfica e incentivou a navegação costeira e fluvial. Na área de educação, construiu escolas em muitas cidades, criou a Escola de Engenharia e ajudou a Escola Industrial Frei Caneca, destinada ao ensino dos órfãos e carentes. Abriu a linha férrea Recife-Olinda-Igarassu-Goiana-Itambé, iniciou a de Garanhuns a Bom Conselho e deu continuação à ferrovia Recife-Caruaru-Pesqueira.

Após transmitir o governo, em 7 de abril de 1896, a Joaquim Correia de Araújo, foi eleito deputado federal por Pernambuco e em 1897 assumiu sua cadeira na Câmara. Nesse mesmo ano, foi acusado de estar envolvido no atentado perpetrado em 5 de novembro contra o então presidente da República, Prudente de Moraes (1894-1898), que resultou na morte do ministro da Guerra Carlos Machado Bittencourt. Foi preso na cidade do Rio de Janeiro e desterrado na ilha de Fernando de Noronha, mas foi libertado graças a um *habeas corpus* impetrado por Rui Barbosa. Ao final de seu mandato, em 1899, foi reeleito deputado federal, agora pelo Rio Grande do Sul. Membro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em 1901 escreveu vários artigos no jornal *A Federação*, órgão oficial do partido, contra o arrendamento das estradas de ferro. Em 1903 foi reeleito deputado federal pelo mesmo estado.

Em 1906, conseguiu mais uma vez a renovação de seu mandato na Câmara dos Deputados, agora pelo Distrito Federal. Nesse ano foi crítico do Convênio de Taubaté, que criava uma política de valorização do café. Em 1908 foi eleito membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Em 1909 foi reeleito deputado federal pelo Distrito Federal e deu forte apoio à Campanha Civilista, que defendia a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, contra a do marechal Hermes da Fonseca. Com a vitória deste nas eleições,

fez oposição ao seu governo. Encerrou o mandato em 1911, e em 1912 reformou-se no Exército com a patente de general. Voltou a ocupar uma cadeira na Câmara em 1915, mais uma vez eleito pelo Distrito Federal, e concluiu o mandato em 1917. Em 1919 assumiu a direção do Lloyd Brasileiro e, em 1921, apoiou a candidatura de Artur Bernardes à presidência da República. Voltou à vida parlamentar em 1924, quando foi eleito senador pelo estado do Amazonas. Ocupou uma cadeira no Senado Federal até o ano de 1930, quando teve o mandato interrompido com a vitória da Revolução de outubro, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Faleceu no Rio de Janeiro em 9 de janeiro de 1931.

Foi casado com Francisca Cintra Barbosa Lima. Era tio de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, que foi jornalista, deputado federal, governador de Pernambuco e membro da Academia Brasileira de Letras.

Publicou *Independência e República* (1917), *Centenário da Revolução de 1817 em Pernambuco* e *Discursos parlamentares* (1963).

Raimundo Helio Lopes

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos*; AITA, C.; AXT, G. *Parlamentares*; *Federação* (20/8/1901, 14/2/1902); GASPAR, L. *Barbosa Lima*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.1, p. 115-116); LEVINE, R. *Velha*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (v. 164, 1931).